

O papel dos Estados

O custo da dívida mobiliária dos Estados está entre as grandes despesas que dificultam o trabalho dos governadores e, por isso, o governo federal está disposto a ajudá-los a enfrentar esse problema. Mas, qualquer que seja a forma de ajuda que se encontrar — o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi incumbido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de estudar caso a caso a situação dos Estados —, ela não resolverá a crise financeira dos Estados.

O comportamento da receita dos Estados nos últimos meses tem sido excelente. Antes do Real, de todo o bolo tributário nacional a União abocanhava 36,7%, enquanto os Estados ficavam com 40%, e os municípios com 23,3%. Depois do Plano Real, a participação da União caiu para 32,7%, a dos Estados subiu para 43% e a dos municípios, para 24,3%. Alguns Estados registram, neste ano, aumento real de até 30% em suas receitas.

Mesmo assim, o desequilíbrio financeiro é mais sério nos Estados e municípios do que na União. Técnicos do governo federal têm feito e refeito cálculos sobre as finanças públicas e prevêem que as contas da União devem fechar o ano com ligeiro superávit, de 0,2% do PIB, ou um pequeno déficit, também de 0,2% do PIB, o que, *grosso modo*, significaria equilíbrio. Quanto aos Estados e municípios, que, no primeiro semestre, registraram déficit operacional (que inclui o custo de sua dívida interna, mas exclui as correções monetária e cambial de suas contas) de R\$ 6,5 bilhões, o resultado final de 1995 deve ser um déficit operacional de 1% do PIB, ou R\$ 5 bilhões.

Na imensa maioria dos casos, o déficit resulta de problemas herdados pelos governadores atuais. Um dos mais graves está no custo do funcionalismo público. De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, alguns ex-governadores concederam aumentos que va-

riam de 30% a 40%, o que, por causa da queda da inflação, transformou-se em ganho real para os funcionários — e aumento também real nas despesas dos governos.

É esse brutal aumento do custo do funcionalismo que explica o crescimento de praticamente 100% nas operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) feitas pelos Estados nos oito primeiros meses deste ano. São operações de empréstimo que os governos estaduais fazem com os bancos, oferecendo como garantia a receita futura. Quando a receita entra no cofre do Tesouro, a operação é liquidada. Mas é um empréstimo extremamente caro — chega a custar 10% reais ao mês —, o que complica ainda mais a situação financeira dos Estados.

Mesmo que resolvam o problema da dívida mobiliária e com a União, os Estados continuarão às voltas com o custo crescente do funcionalismo e com desequilíbrios financeiros estruturais, provocados por uma máquina excessivamente grande e custosa. Por isso, se nada for feito para resolver os outros problemas, de caráter estrutural, que produzem o déficit, dentro de algum tempo haverá uma nova dívida a ser negociada.

O governo federal está agindo corretamente ao buscar o apoio dos governadores para a aprovação da reforma administrativa — sem a qual será impossível reduzir de maneira permanente os custos do funcionalismo — e, sobretudo, ao condicionar a renegociação das dívidas à execução, pelos governos estaduais, de um rigoroso programa de ajuste fiscal, que inclui a privatização de estatais controladas pelos Estados. O combate ao déficit público, essencial para o êxito do programa de estabilização, não é tarefa só do governo federal. Estados e municípios têm muito a fazer nesse sentido — e parece que desta vez estão sendo convocados a fazê-lo.